

## Dois lados da mesma moeda

EMPRESARIADO EDUCACIONAL E EMPRESARIADO INDUSTRIAL:  
A EDUCAÇÃO A SERVIÇO DOS INTERESSES DO CAPITAL.



---

### EDUCAÇÃO SUPERIOR

ENCONTRO DA CONTEE  
DEBATEU PNE, EXPANSÃO  
PRIVATISTA E NOVAS  
TECNOLOGIAS

---

### NOVO SECRETÁRIO DO MEC

LUÍS FERNANDO  
MASSONETTO FALA COM  
EXCLUSIVIDADE PARA A  
CONTEÚDO

---

### PÓS-NEOLIBERALISMO

EM ARTIGO, MARCIO  
POCHMANN REFLETE SOBRE  
O TRABALHO DE VOLTA AO  
CENTRO DO DEBATE



**3 EDITORIAL**  
A necessidade de acompanhar as transformações

**4 EDUCACIONAL**  
PNE, expansão privatista e novas tecnologias

**10 CAPA**  
As duas faces do empresariado brasileiro

**16 MEIO AMBIENTE - ARTIGO**  
Quatro mentiras sobre o ambiente

**20 CURTAS DAS FILIADAS**

**24 ENTREVISTA**  
Luís Fernando Massonetto

**28 COMUNICAÇÃO**  
A Blogosfera e a luta pela democratização

**32 CURTAS DA CONTEE**

**36 SINDICAL - ENTIDADES**  
Sinpro Rio - 80 anos

**39 SINDICAL - ENTIDADES**  
Entre o Cuidade e a Educação

**42 EM ALTA, EM BAIXA**

**44 NACIONAL/ARTIGO**  
A centralidade do trabalho no pós-neoliberalismo



## Revista da Contee

A revista CONTEÚDO é uma publicação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, sob coordenação da Secretaria de Comunicação Social.

[conteudo@contee.org.br](mailto:conteudo@contee.org.br)

Editora e jornalista responsável - **Daniele Moraes** - MTb 50607/SP

Projeto gráfico e diagramação - **Circus Serviços Gráficos**;

Direção de Arte - **Vandré Fernandes**; Ilustração - **Daniel Lopes**;

Tiragem - **3 mil exemplares**; Impressão - **Forma Certa**

**CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO**

Setor de Rádio e TV - Sul - Quadra 701 - Bloco 2 - Sala 436

Ed. Assis Chateaubriand - CEP 70340-906 - Brasília/DF - Telefones: (61) 3226 1278/ 3223 2194

E-mail: [contee@contee.org.br](mailto:contee@contee.org.br) - [www.contee.org.br](http://www.contee.org.br)

A reprodução dos textos é autorizada. Agradecemos a citação da fonte. Os textos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

## Diretoria Executiva

Coordenação Geral  
**Madalena Guasco Peixoto**

Secretaria Geral  
**Cristina de Castro**

Secretaria de Assuntos Educacionais  
**Adércia Bezerra Hostin**

Secretaria de Assuntos Jurídicos  
**João Batista da Silveira**

Secretaria de Comunicação Social  
**Maria Clotilde Lemos Petta**

Secretaria de Finanças  
**José Roberto Torres Machado**

Secretaria de Formação e Políticas Sociais  
**Rita Fraga de Almeida Zambon**

Secretaria de Organização e Políticas Sindicais  
**Fábio Eduardo Zambon**

Secretaria de Questões de Gênero e Etnia  
**Nara Teixeira de Souza**

Regional Sul  
**Cássio Filipe Galvão Bessa**

Regional Sudeste  
**Francílio Pinto Paes Leme**

Regional Centro-Oeste  
**Edson de Paula Lima**

Regional Norte  
**José Carlos Padilha Áreas**

Regional Nordeste  
**Manoel Henrique Filho**

## DIRETORIA PLENA

**Abigail Carvalho**  
**Amarildo Pedro Cenci**

**Ailton Fernandes**  
**Airton Duarte Cunha**

**André Luiz Giudicissi Cunha**  
**Ângelo Lacerda Rocha**

**Cristina Kavalkiesvicz**  
**Eduardo Assis Fonseca Botelho**

**Erivelton José Konfideira**  
**Franciso Perez Levy**

**Gilson Reis**  
**João Jorge de Araújo Armênio**

**João Marques da Fonseca Filho**  
**José Jackson Bezerra**

**Lavinia Rosa Rodrigues**  
**Luiz Alberto W. Grossi**

**Márcia Almeida Machado**  
**Márcia de Alencar Santana**

**Nivaldo Pinto Ferreira**  
**Olmir Luiz Paludo**

**Oswaldo Souza Santos**  
**Rodrigo Pereira de Paula**

**Valdir Graniel Kinn**  
**Walteir Luiz Betoni**

**Wanderley J. Quêdo**  
**Wellington Teixeira Gomes**

**Wilson Melo Sodré**

## CONSELHO FISCAL

**Helder Abud Paranhos**

**Gisele Vargas**

**Robson Terra Silva**

# A necessidade de *acompanhar as transformações*

Os trabalhadores em educação, especialmente nós que atuamos no setor privado de ensino, têm acompanhado as constantes transformações pelas quais o setor educacional vem passando nas últimas décadas no Brasil. Com luta e determinação, participamos de debates decisivos, como na ocasião da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Vivemos, com preocupação e revolta, os anos de expansão descontrolada do ensino superior privado e de avanço da política neoliberal.

A partir do governo Lula, tivemos a oportunidade de testemunhar uma retomada do investimento público em educação, por meio da criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e da expansão da rede federal de ensino superior, entre outras iniciativas. Na educação privada, a consolidação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) proporcionou avanço na regulamentação do setor e novos mecanismos de exigência de qualidade.

Muito ainda há que ser superado. Em 2011, o debate sobre o Plano Nacional de Educação tomou a centralidade das discussões e a CONTEE, como sempre, está atenta e ativa. No ano em que comemoramos nossos 20 anos de história, temos também o desafio de mantermo-nos atualizados e alertas às transformações que ocorrem na sociedade e se refletem, inclusive, nas relações sindicais com nossos patrões.

Esse é o tema principal desta edição da Revista CONTEÚDO. Na reportagem de capa, buscamos traçar um perfil de dois setores do empresariado brasileiro: o educacional e o industrial, com suas características, peculiaridades e, principalmente, divergências – a fim de entendermos como pensam, agem e se articulam com o Poder Público.

Confira também a entrevista exclusiva com o Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação, Luís Fernando Massonetto, e o artigo do Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Professor Marcio Pochmann, com uma bela análise da atual conjuntura política brasileira em relação ao trabalho.

Boa leitura!

*Madalena Guasco Peixoto*  
Coordenadora geral da CONTEE

Sharon Eve Smith



# PNE, expansão privatista *e novas tecnologias*

A importância da aprovação de um PNE consistente e avançado, o novo cenário de expansão do ensino superior privado e suas consequências para o movimento sindical foram as principais questões discutidas no Encontro.

CONTEE/TREEMIDIA



A atualização do debate sobre o Ensino Superior privado teve um espaço de grande importância para a CONTEE, que realizou nos dias 18 e 19 de junho de 2011 o seu VIII Encontro Nacional de Educação Superior. A atividade aconteceu em São Paulo/SP e reuniu cerca de 250 delegados representantes de mais de 50 entidades filiadas à Confederação para debater prioritariamente “o novo modelo de expansão privatista” no setor. Além disso, o Encontro também discutiu o Projeto de Lei do novo Plano Nacional de Educação – em tramitação no Congresso Nacional – e o impacto das novas tecnologias no trabalho docente.

Na abertura da atividade, a Coordenadora geral da CONTEE, Madalena Guasco Peixoto, destacou a importância da atividade e da necessidade de atualização e aprofundamento dos debates que giram em torno da educação superior privada no Brasil. As discussões tiveram como base as contribuições enviadas pelas entidades filiadas à CONTEE, que realizaram encontros regionais preparatórios para esta etapa nacional.

## PNE e Educação Superior

A primeira mesa do Encontro contou com a presença do Secretário Executivo Adjunto do Ministério da Educação, Francisco das Chagas, que é também presidente do Fórum Nacional de Educação; e da Secretária de Assuntos Educacionais da CONTEE, Adércia Hostin.

Segundo Chagas, o Projeto de Lei do PNE (2011-2020) é, “sem sombra de dúvida, o PL de maior relevância que tramita no Congresso no momento”. Outro destaque feito pelo Secretário foi o de que o novo Plano está sendo discutido em contexto muito diferente do anterior. “Agora, há uma mobilização muito forte, fruto

de termos conseguido fazer Conferências, como a CONAE e CONEB, de grande relevância”.

De acordo com Chagas, a expectativa do Ministério é de que o Plano seja aperfeiçoado e supere os desafios da educação nacional. Em sua opinião, é necessário que o PNE dê sustentação ao Sistema Nacional de Educação. “A construção do sistema é um desafio muito grande, porque ele tem que ser articulado com regime de colaboração entre os entes federados”. Chagas também destacou o papel do Fórum Nacional de Educação que, segundo ele, deve ser “um órgão forte do Estado brasileiro”. E nesse sentido, ressaltou que a CONTEE tem sido uma grande parceira.

Em sua intervenção, a dirigente da CONTEE, Adércia Hostin, agradeceu a presença de todos e revelou preocupação com





*“Não podemos deixar que o espírito da CONAE se perca e que a celeridade no processo de tramitação, importante na aprovação do Plano, prejudique os debates”.*

o ritmo da tramitação do novo PNE. “Não podemos deixar que o espírito da CONAE se perca e que a celeridade no processo de tramitação, importante na aprovação do Plano, prejudique os debates”.

Em seguida, Adércia apresentou à plenária as emendas da CONTEE ao PNE. “A relação da CONTEE com o PNE está na busca por fortalecer as políticas educacionais para que se tornem democráticas, qualificadas e inclusivas”.

## Modelo da expansão privatista em debate

O tema central do VIII Encontro foi “o novo modelo da expansão privatista”, cujas discussões foram focadas na análise do cenário atual de crescimento do setor e no en-

frentamento da questão por parte das entidades sindicais e dos trabalhadores em educação.

Entre os convidados para este debate: o Diretor de Valorização dos Profissionais da Educação do Ministério da Educação, Antonio Roberto Lambertucci, que falou sobre a atuação da nova Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino, do MEC; o consultor, Jorge Augusto Pereira Gregory; que apresentou dados sobre mantenedoras e mantidas do Ensino Superior privado; a Coordenadora Geral da CONTEE, Madalena, que fez uma análise aprofundada dos mais recentes e significativos estudos acadêmicos que têm debatido a questão; e o professor Conselheiro da Fundação Brasileira de Direito Econômico, Samuel Pontes do Nascimento, que tratou da financeirização da educação.

Antonio Lambertucci, explicou a estrutura da nova Secretaria do MEC, que tem como responsável Carlos Abicalil. De acordo com o convidado, a Secretaria tem quatro desafios principais: fazer com que o PNE cumpra a função de articular o Sistema Nacional de Educação – para isso, as metas não podem ser tratadas de forma desarticulada, “como um amontoado de metas”; tornar o PNE uma referência para gestão pública e para a mobilização da sociedade; construir o Sistema Nacional de Educação (SNE) de forma dialogada e com todos os setores da sociedade; e assegurar que as metas do PNE sejam cumpridas, especialmente, no caso da Secretaria, as metas relacionadas à valorização dos profissionais da educação.

Lambertucci mencionou ainda que a Secretaria pre-

tende formular uma proposta nacional de saúde ocupacional para os trabalhadores de educação e, para isso, espera contar com a colaboração da CONTEE e da CNTE.

Jorge Gregory iniciou sua exposição falando sobre a concepção de Sistema e acepções legais relacionadas ao setor privado de ensino, que constam na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Em seguida, o palestrante exibiu dados sobre a estrutura das Instituições de Ensino Superior do setor privado, divididas entre mantenedores (indivíduo organização – personalidade jurídica) e mantidas (unidade educacional) – de acordo com as categorias de instituições cadastradas no MEC e suas atuações no mercado educacional.

Já a professora Madalena apresentou um levantamento detalhado de estudos que a academia tem feito a respeito do fenômeno de expansão da educação superior privada nas últimas décadas. Ela destacou dois grandes grupos que têm pesquisas sobre o tema: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – núcleo de pesquisa em políticas públicas, e fez um levantamento bibliográfico sobre o tema.

“Essas produções nos ajudam a conhecer os vários aspectos e a profundidade da questão, mas não resolvem os problemas”, afirmou a Coordenadora Geral da CONTEE. Entre os destaques da professora, uma contradição entre empresários industriais do capital produtivo e os empresários ligados ao modelo de expansão do ensino superior.

Segundo Madalena, “os empresários industriais tendem a valorizar a educação superior estatal pública e exigir expansão, fortalecimento das fundações e facilitação dos convênios público/privado na pesquisa universitária”. Outra característica importante apontada foi a de que os empresários não gostam de informalidade, “pois não é seguro para o investimento do capital”.

De acordo com as informações apresentadas pela dirigente, a expansão das Instituições de Ensino Superior brasileiras está cruzando fronteiras. “A Estácio de Sá adquiriu uma IES no Paraguai e estão em estudo para a compra no Chile e Argentina, entre outros”. Madalena concluiu apontando a necessidade de aprofundar o debate diante de questões de tamanha complexidade, com contradições até mesmo entre o empresariado.

Para o professor Samuel Pontes a ideia de educação superior no senso comum é mais complexa do que parece ser. E questionou: educação superior é um direito, uma atividade econômica, um serviço, uma questão social? Ele defende uma mudança na abordagem administrativa

*Segundo Madalena, os empresários não gostam de informalidade, “pois não é seguro para o investimento do capital”.*

das instituições privadas de ensino superior, pois não houve mudanças somente na composição do capital dessas empresas, mas também na forma de gerir o capital investido. E enfatizou “eles estão tentando fazer com que as decisões escolares sejam tomadas dentro do organismo mantenedor”.

Após as exposições, houve participação da plenária e debate.

## Os impactos das novas tecnologias da educação

O VIII Encontro de Educação Superior da CONTEE não poderia deixar de tratar de uma questão premente nas salas de aulas e também nas atividades extraclasse atuais: as novas tecnologias – tendo como palestrante convidada a Doutoranda da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Professora Sônia Allegretti.

Sônia iniciou sua participação afirmando que a tecnologia faz parte de nossas vidas há muito tempo, “Ela sempre existiu, de outras formas, muito antes do computador. E não nos cabe julgar como avanço positivo ou negativo, é preciso que a sociedade descubra a melhor maneira de se apropriar dela”.

De acordo com a professora, os avanços tecnológicos tem muita ênfase nos avanços econômicos. E, por isso, é preciso analisar e encontrar uma forma de utilizar a tecnologia para melhorar educação, sem escravizar os professores.

Sônia destacou que “as redes sociais alteram as relações das pessoas com as informações. A possibilidade de participação e ampliação do conhecimento é grande”. Entretanto, ressaltou, o “acúmulo de informação não traz conhecimento. O desafio do professor é organizar esse conteúdo”.


Em seguida, Professora Sônia exemplificou as possibilidades de utilização da tecnologia nas salas de aula, por meio de “slides, software educativos, quadro negro e lousa eletrônica, vídeo, software de programação amigáveis com registro do pensamento e uso da internet como meio de pesquisa e auxílio na construção de projetos”.

Na Educação – modalidade a distância, que teve vertiginosa expansão no





Brasil nos últimos anos –, “é preciso qualidade com professores com boa formação”. Sonia afirma que oferecer um curso à distância com qualidade custa muito caro para as Instituições, pois é preciso elaborar uma estratégia muito complexa para garantir a real participação do estudante. E concluiu: “nós, educadores, nos distinguimos, pois nos preocupamos com o ensino e com a aprendizagem”.

Na tônica desta discussão, o Encontro foi transmitido ao vivo, em tempo real, pelo no Portal da Confederação. 



## Encontro marca lançamento do novo logotipo e comemoração dos 20 anos da CONTEE

Durante o VIII Encontro Nacional de Educação Superior da Confederação foram lançados: o novo logotipo da CONTEE, o selo comemorativo dos 20 anos da entidade e a campanha de luta da CONTEE para o novo Plano Nacional de Educação.

O reposicionamento da marca da entidade foi definido após longo debate e análise de propostas, até se chegar à nova imagem. O objetivo da mudança foi atualizar a identidade visual do logotipo e marcar o período comemorativo. Já o slogan escolhido para a celebração dos 20 anos da entidade foi: CONTEE 20 anos – Educação é nossa história.

Durante o lançamento, a Secretária de Comunicação Social da entidade, Maria Clotilde Lemos Petta, destacou o cronograma de atividades e materiais que serão realizados para marcar a data. “Nós faremos uma revista especial sobre os 20 anos, um vídeo institucional e uma exposição de fotos itinerante, que serão lançados no nosso próximo CONSIND, no mês de outubro”.

O diretor do Sinpro Minas, Messias Simão, fez um apelo aos participantes do VIII Encontro que por ventura tiverem fotos, documentos e materiais antigos da CONTEE para que enviem para a Confederação ([contee@contee.org.br](mailto:contee@contee.org.br)). Uma grande pesquisa e organização dos materiais e arquivos da CONTEE estão sendo feitas, inclusive com a digitalização do acervo, por meio do Projeto Memória CONTEE.

# Duas faces do *empresariado brasileiro*

Cada dia mais, a luta sindical exige dos trabalhadores brasileiros o enfrentamento de uma conjuntura de muitas contradições e complexidades. Embora motivados por interesses econômicos comuns, o empresariado do setor industrial e o do educacional têm estratégias e atuações diferentes. Por isso, procuramos introduzir a seguir um debate sobre os perfis desses dois segmentos, sem nenhuma pretensão de encerrar o assunto. Pelo contrário.



Os trabalhadores de forma geral e, especificamente, os profissionais de educação têm vivido nos últimos anos um período de grande contradição. A economia do País cresce, as oportunidades de emprego aumentaram e há mobilidade social. Apesar da crise internacional, que afeta profundamente os países europeus e os Estados Unidos da América, recentemente, o governo Dilma comemorou o crescimento da chamada “nova classe média”, que nos últimos anos teve um incremento de aproximadamente 30 milhões de pessoas.

Entretanto, parece que essa realidade não chegou às mesas de negociações nas campanhas salariais dos profissionais de educação. No setor privado de ensino, a intransigência patronal permanece e quase não há avanços nas cláusulas sociais das convenções coletivas (quando não acontecem perdas). No setor público, os professores não têm nem garantido o pagamento do piso salarial, tornado lei e obrigatório, após decisão de Supremo Tribunal Federal. As entidades sindicais encontram barreiras às conquistas de ganho real e a mobilização das categorias também se constitui como desafio na atualidade.

O autoritarismo manifestado por práticas antissindicais está presente na maioria das Instituições do setor privado de ensino, gerenciadas pelo empresariado educacional, bem como também nas Instituições do SESI e SENAI, dirigidas pela

Confederação Nacional da Indústria (CNI), o chamado “Sistema S”. Em meio a este cenário paradoxal, os trabalhadores enfrentam a luta por melhores condições de trabalho e valorização profissional, com vistas ao desenvolvimento do País, através da educação de qualidade, inclusiva e socialmente referenciada.

A partir dessa perspectiva, pretendemos aqui iniciar uma discussão sobre o perfil desses dois segmentos do empresariado: o do setor educacional e o do setor industrial, para conhecer melhor suas formas de atuação, propostas para a educação e compromisso com o desenvolvimento do País – quando existem. Uma coisa é certa: apesar de divergirem em muitos aspectos, ainda são dois lados da mesma moeda. Ou seja, para o empresariado, a educação deve ser colocada a serviço de um projeto maior de conservação dos interesses do capital.

## Perfis diferentes do empresariado

Sabemos que os empresários dividem as mesmas trincheiras, mas é bom destacar que nem por isso têm as mesmas propostas e formas de ação e conduta. Essa observação tem sido pontuada nos debates e atividades da CONTEE há alguns anos e torna-se cada vez mais relevante uma compreensão mais abrangente dessas contradições. Até mesmo para definirmos nossas estratégias de luta e organização da categoria dos trabalhadores em educação.

Nesta análise, cabe considerar que as convergências e contradições entre os dois segmentos vinculam-se à forma diferenciada pela qual a política econômica vigente, em cada momento do país, afeta o empresariado. Verifica-se que as políticas neoliberais, embora favoreçam o empresariado industrial pela flexibilização dos direitos trabalhistas e rebaixamento salarial, impõem dificuldades a este setor pela política de juros altos e abertura comercial – resultando na diminuição de sua influência política.

Já o empresariado educacional integra um dos setores que são mais favorecidos pelo neoliberalismo, em função da retração do Estado na oferta da educação pública. A partir do governo Lula, o avanço do sistema produtivo, a expansão econômica, a recuperação da capacidade de investimento do Estado, a ampliação da infraestrutura produtiva e social propiciaram uma recuperação do poder e da influência política do empresariado industrial. Por outro lado, vemos também o fortalecimento do empresariado educacional, devido o estabelecimento de parcerias público-privadas e o aumento da demanda por vagas na educação.

Assim, na medida em que o Brasil desponta como país emergente, a qualidade da prestação de serviço e de qualificação profissional e cultural dos que atuam no setor de serviços e de infraestrutura vai se transformando em prioridade – ampliando o

espaço de atuação na educação, tanto do empresariado educacional, quanto do industrial.

## Nossos velhos conhecidos

Já conhecemos muito bem o empresariado do setor educacional, em especial de ensino superior, apelidados pelo movimento estudantil de “tubarões do ensino”. Atualmente, muitos são donos de grandes conglomerados educacionais, que transformaram suas Instituições de ensino em fábricas de diploma com um objetivo muito claro: o lucro.

Suas propostas para as políticas educacionais se fundamentam de forma explícita no ideário neoliberal, por meio da desregulamentação estatal e livre ação das forças de mercado. Esta fração da burguesia, com forte lobby junto ao Governo Federal e ao Parlamento, prioriza sua ação na conquista de novas formas de transferência de recursos públicos para o setor privado — além das bolsas do ProUni, FIES, demais benefícios fiscais e financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social — BNDES. Na justificativa de suas proposições, não manifestam maior preocupação com o desenvolvimento do País.

No âmbito da formação profissional, da educação infantil e do ensino fundamental, o empresariado educacional atua também como parceiro do Poder Público, interferindo na gestão educacional dos municípios brasileiros, pela venda dos chamados “sistemas apostilados de ensino” ou pela oferta de tecnologias ou assessoria privada para reorientação da gestão educativa. Na maioria das vezes, com esses projetos, sem compromisso com a qualidade e com o desenvolvimento do País, passam, de meros fornecedores de materiais e equipamentos, “a incidir sobre a política educacional local” (ADRIÃO, 2009).

A partir de 2005, testemunhamos ainda a crescente presença dos grupos estrangeiros na educação superior brasileira, tendo como consequência o risco da desnacionalização da educação — denúncia reiterada da CONTEE — que até agora não foi alvo de nenhuma iniciativa concreta de regulação por parte do Estado.

Neste quadro, o empresariado educacional busca uma gestão profissional de suas “empresas”, tão somente para enxugar ao máximo seus gastos, e aqui estão incluídos: salários, benefícios, investimentos em pesquisa e extensão etc., na intenção de aumentar suas margens de ganho e, com a relativa transparência exigida pelo mercado financeiro (governança corporativa), ofertar ações na Bolsa de Valores.

Para a Coordenadora Geral da CONTEE, Madalena Guasco Peixoto, “o enfrentamento patronal neste cenário de expansão privatista é um dos grandes desafios do movimento sindical da

educação no Brasil nos dias de hoje. Temos que conhecer profundamente as estratégias de atuação dos empresários, inclusive suas fragilidades jurídicas, bem como a legislação educacional”.

## A complexidade do setor industrial

A presença ativa de lideranças e entidades empresariais do setor industrial na formulação da política educacional do País não é recente. Já na Era Vargas, o Instituto de Organização e Trabalho (IDORT), criado em 1931, por lideranças empresariais, exerceu papel decisivo na definição das políticas educacionais do período. Nesse contexto, ocorreu a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial — SENAI (1944), como organismo da Confederação Nacional da Indústria — CNI. Posteriormente, foi criado Serviço Social da Indústria — SESI (1946), dando início ao processo de constituição do que hoje é chamado “Sistema S”. A parceria entre a CNI e o Estado na educação, desde então, passa ser uma das marcas da educação brasileira, reafirmada nos diferentes momentos da história do País.

Atualmente, pesquisas no campo do trabalho e da educação, com base na análise dos documentos e ações mais recentes sobre a educação, produzidos no âmbito da CNI, são contribuições importantes para uma maior compreensão

dos fundamentos do posicionamento do empresariado industrial nas políticas educacionais. A análise desenvolvida por José Rodrigues no livro “O Moderno Príncipe Industrial – O Pensamento Pedagógico da Confederação Nacional da Indústria” demonstra que a eleição da educação, pelo empresariado industrial, como uma das prioridades nacionais está inserida no projeto de hegemonia necessária para a concretização dos seus interesses.

A atual concepção educacional deste segmento do empresariado foi desenhada e mapeada, em 2007, quando a CNI consolidou sua estratégia na publicação do documento: “Educação para a nova indústria – uma ação para o desenvolvimento sustentável do Brasil”, com propostas de ação para o setor. Segundo o texto, assinado pelo então presidente da entidade, “na concepção da indústria, a educação é um pilar para o desenvolvimento sustentável do Brasil, fonte de crescimento e uma das bases da elevação da produtividade”. O programa foi desenvolvido para ser executado pelo SESI e SENAI e significou, segundo estimado, um incremento de cerca de 30% no atendimento à educação profissional dessas empresas.

O documento afirma também que “o setor produtivo requer trabalhadores cada vez mais capacitados e qualificados. Disso decorre a necessidade de identificar quais as competências dos perfis profissionais

desenhados para atender às novas demandas da indústria. O processo não é estanque, mas de grande sinergia: assim como a educação contribui para o avanço da indústria, esta, por sua vez, retribui provocando mudanças no ambiente educativo”.

Segundo Maria Clotilde Lemos Petta, Secretária de Comunicação Social da CONTEE, “neste documento, ficam evidentes os reflexos no pensamento empresarial, resultantes da introdução de novas tecnologias nas empresas brasileiras. O desafio colocado nesta realidade é a formação do “novo trabalhador”, que deve combinar habilidades manipulativas para operar a maquinaria (trabalho simples – padrão fordista) e a capacidade de abstração para adaptar soluções no complexo produtivo, integrado, automatizado (trabalho complexo – emergente especialização flexível - Toyotismo). Além destas habilidades técnico-profissionais, buscase atingir uma característica inerente ao modelo Toyotista, que o diferencia do fordismo: capturar, para o capital, a subjetividade dos trabalhadores”.

Em 2010, a CNI promoveu um grande evento para a entrega do documento: “A Indústria e o Brasil - Uma agenda para crescer mais e melhor” aos, então, candidatos à Presidência da República. Entre os temas em destaque, a educação. No texto, a Confederação afirma, entre outras coisas, que: “a qualidade da educação está fortemente relacionada à qualidade do professor”. E que “as deficiências de formação decorrem da ausência de uma política eficiente de formação de docentes e da má qualidade da educação em todos os níveis (...). O educador precisa ser valorizado e estimulado a se capacitar continuamente, para suprir suas próprias deficiências e contribuir efetivamente para a melhoria da qualidade da educação”.

Além do diagnóstico, a CNI propõe que a educação superior deva ser “flexível e diversificada”. E diz que: “as instituições de nível superior no Brasil precisam ficar mais próximas do mercado de trabalho e do ambiente regional”. Segundo eles, “é preciso reverter a obrigatoriedade da universidade concentrar-se em educação, pesquisa e extensão”.

Além disso, afirma que “o Brasil precisa de uma política educacional de Estado, compromissada com metas de longo prazo”. E sinalizam que o Plano Nacional de Educação (PNE) “deve ter o foco na educação básica, sem prescindir de uma condução democrática no processo, com a participação de toda a sociedade”.

## Movimentos da sociedade civil

Especialmente na última década, vimos crescer os movimentos organizados pela chamada “sociedade civil”, liderados por representantes do empresariado. Com o tempo, esses grupos ga-

*Sabemos que os empresários dividem as mesmas trincheiras, mas é bom destacar que nem por isso têm as mesmas propostas e formas de ação e conduta.*

nharam força, até mesmo política, e passaram a ter grande peso nas interlocuções com as instâncias de Poder, como no Congresso Nacional e no Governo Federal.

Por meio destes movimentos, o capital assume para si a direção dos projetos educativos para a esfera pública, através de distintas formas de parcerias público-privadas. O que implica na obtenção de financiamento dos projetos, com recursos públicos diretos. Com isso, muitos municípios, em função do recebimento de recursos, acabam implementando projetos pedagógicos com conteúdos e materiais didáticos associados à difusão da cultura empresarial, servindo como instrumento de alienação e adestramento dos trabalhadores.

Exponente dessa iniciativa, o Movimento Todos pela Educação tem entre seus patrocinadores: a Fundação Bradesco, Gerdau, Suzano – Papel e Celulose, Odebrecht, Fundação Itaú Social; e entre os apoiadores: TV Globo e Instituto Ayrton Senna. O TPE é um movimento que congrega sociedade civil organizada, empresários, educadores e gestores públicos. Seus objetivos foram traduzidos em metas para educação básica, com prazo de cumprimento até 2022.

Em setembro de 2011, o movimento representou o Brasil no lançamento da Rede Latino-Americana de Organizações da Sociedade Civil pela Educação. O grupo, formado por entidades empresariais de 13 países da região, objetiva implementar estratégias de atuação na educação da América Latina. A iniciativa foi apoiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

De acordo com o conselheiro do movimento, Mozart Ramos Neves – ex-reitor da Universidade Federal de Pernambuco e membro do Conselho Nacional de Educação –, o TPE reconhece o “trabalho importante da CONTEE no combate à mercantilização da educação”. E completa: “sabemos que sozinho o ensino público não vai dar conta da demanda e, por isso, é necessário que haja um controle efetivo da qualidade oferecida no ensino superior privado. A qualidade do ensino superior é estratégica para a sustentabilidade do País, através da ciência e da tecnologia e das diferentes profissões, que hoje oferecem um papel central no desenvolvimento da riqueza do nosso País”.

Para Maria Clotilde, a declaração do representante do TPE demonstra uma significativa contradição entre os setores empresariais no que diz respeito à questão do controle da qualidade da educação. “O controle da qualidade, através do Sistema Nacional de Avaliação, implementado pelo MEC, tem recebido o aval do empresariado industrial, enquanto é duramente contestado pelo empresariado educacional”.

Outra organização de empresários é o Grupo Institutos, Fundações e Empresas – GIFE – que agrupa 131 associados, que têm em comum o interesse ou atuação no chamado “in-

vestimento privado social”. Entre eles: Fundação Bradesco, Fundação Ford, Fundação Itaú Social, Fundação Nestlé, Fundação Roberto Marinho, Fundação Volkswagen, Fundação Vitor Civita, Instituto Ayrton Senna, Instituto Holcim, Instituto Souza Cruz, Gerdau, Intel, Microsoft, Santander e TV Globo.

Segundo levantamento do Grupo, seus associados investiram, em 2010, R\$ 2 bilhões em projetos sociais, sendo que a educação foi área prioritária para 82% deles. Além disso, a atividade principal dos “investimentos privados sociais” se dá na formação de professores.

De acordo com Fernando Rossetti, Secretário Geral do GIFE, a parte mais significativa dos grandes empresários tem uma visão de que o sucesso da inserção da economia brasileira no mundo está limitado pela baixa qualificação das forças de trabalho. “Eles têm tido bastante dificuldade de manter o ritmo de crescimento das suas empresas com os trabalhadores brasileiros em geral tendo uma formação tão deficiente. Isso levou uma parcela importante da elite brasileira a entender, não tanto pela perspectiva da justiça social, mas pela perspectiva do desenvolvimento econômico, que é preciso ter uma educação pública de qualidade para que eles consigam continuar sendo empresários de prestígio”, analisa.

Fernando aponta uma mudança no entendimento do empresariado em relação à atua-

ção do Estado. “Há anos existia uma perspectiva negativa em relação às políticas públicas, até mesmo (sobre) a gestão da educação pelo Estado. Eles acreditavam que a educação deveria ser privatizada ou criado um sistema de vouchers. Hoje em dia não existe mais esse discurso, com raras exceções. Hoje se acredita que é preciso fazer as políticas públicas de educação funcionarem”, afirma o representante do GIFE.

Entretanto, segundo ele, o foco central do interesse dos empresários é a qualificação para o mercado de trabalho. “Houve uma evolução muito importante na visão do empresariado nessa questão do longo prazo (para efetivação de mudanças na educação), na educação pública, nas políticas públicas consistentes e contínuas, mas ainda é focado demais na mão de obra, na força de trabalho para a indústria brasileira. A gente percebe um foco muito grande em português e matemática e nem tanto com foco em formação do cidadão, na participação política, na formação para a vida”.

Mais uma contradição entre o setor privado fica evidenciada na crítica de Rossetti. Para ele, como uma boa parcela dos docentes da escola básica brasileira é formada nas Instituições de Ensino Superior privadas, elas “têm uma responsabilidade enorme na melhoria da educação básica brasileira, inclusive pública. Uma responsabilidade que não está sendo plenamente cumprida dada a

baixa qualidade de um número significativo de Instituições”. E completa, “há, portanto, aí um campo importante de atuação até para outros empresários, de parceria, financiamento, gestão e controle social da qualidade da formação inicial dos professores da educação básica, a partir do ensino superior privado para garantir a melhoria da educação”.

Estas declarações e a análise de documentos da CNI revelam posicionamentos contraditórios do empresariado industrial no que se refere à educação superior. Ao mesmo tempo em que se identificam com o empresariado educacional, numa posição de diminuição do papel das universidades, o setor industrial tem se apoiado na produção de conhecimento elaborado pelas instituições e centros de pesquisas públicos.

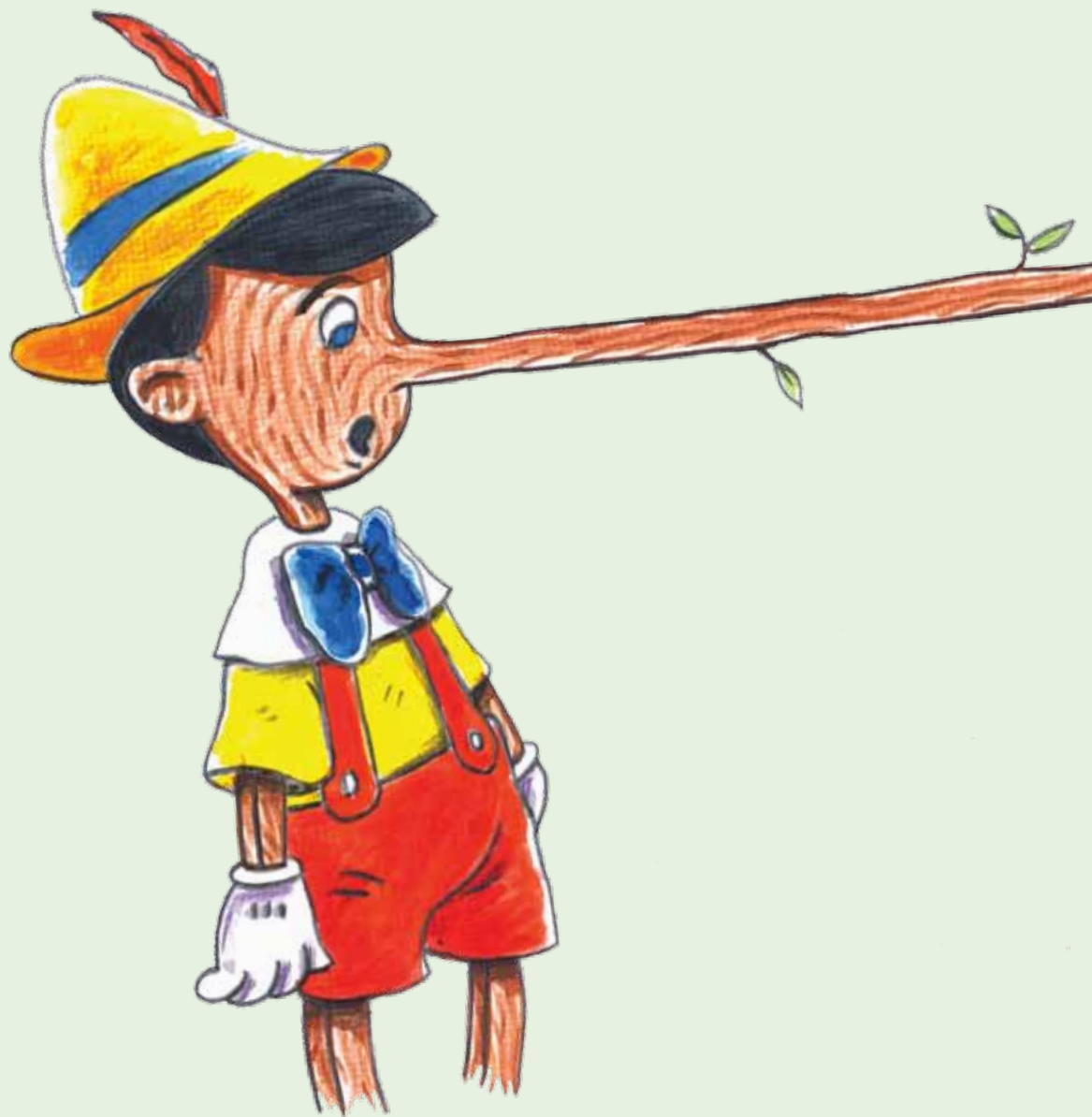
## Se há bandeiras parecidas, os objetivos são muito diferentes

A análise sobre as concepções educacionais do empresariado brasileiro, industrial ou educacional, aponta para a sua identificação com a concepção neotecnicista, atualmente hegemônica no Brasil. Ou seja, a educação, atendendo aos anseios de acumulação do capital, objetiva subordinar o homem ao processo de produção capitalista, sendo um instrumento de aperfeiçoamento das competências individuais adequadas ao mercado de trabalho (Saviani,2007).

Para a Secretária da CONTEE, Maria Clotilde, “os debates ocorridos na Conferência Nacional de Educação (CONAE) e, no momento, no Fórum Nacional de Educação, que discute emendas ao PNE, demonstram que é possível termos convergências pontuais com propostas defendidas pelo empresariado industrial”. No entanto, Clotilde chama atenção para o fato de que “no atual debate educacional é preciso reforçar a luta dos setores progressistas por uma educação baseada na formação “omnilateral”, que tem o trabalho como princípio educativo. É necessário reafirmar também a defesa desta concepção, aprovada na CONAE, como ainda avançar na consciência dos limites das reformas educacionais nos marcos do sistema capitalista”.

Madelena Guasco Peixoto, Coordenadora Geral da CONTEE, destaca ainda que a disputa de ideias e projetos com o empresariado é hoje um grande desafio, que ultrapassa as relações sindicais e corporativas. “Eles estão organizados e sabem defender seus interesses. Cabe a nós, trabalhadores, atuarmos no avanço das conquistas, lutando por mudanças, sempre em busca de melhores condições de vida e trabalho para o povo brasileiro e vislumbrando a consolidação de uma Nação justa e democrática para todos”, finalizou. **c**

*“As convergências e contradições entre os dois segmentos vinculam-se à forma diferenciada pela qual a política econômica vigente afeta o empresariado”.*



Quatro frases que aumentam o nariz do Pinóquio

# Quatro mentiras *sobre o ambiente*

*Por Eduardo Galeano\**





## 1- Somos todos culpados pela ruína do planeta.

A saúde do mundo está feito um caco. “Somos todos responsáveis”, clamam as vozes do alarme universal, e a generalização absolve: se somos todos responsáveis, ninguém é. Como coelhos, reproduzem-se os novos tecnocratas do meio ambiente. É a maior taxa de natalidade do mundo: os experts geram experts e mais experts que se ocupam de envolver o tema com o papel celofane da ambiguidade.

Eles fabricam a brumosa linguagem das exortações ao “sacrifício de todos” nas declarações dos governos e nos solenes acordos internacionais que ninguém cumpre. Estas cataratas de palavras – inundação que ameaça se converter em uma catástrofe ecológica comparável ao buraco na camada de ozônio – não se desencadeiam gratuitamente. A linguagem oficial asfixia a realidade para outorgar impunidade à sociedade de consumo, que é imposta como modelo em nome do desenvolvimento, e às grandes empresas que tiram proveito dele. Mas, as estatísticas confessam.

Os dados ocultos sob o palavreado revelam que 20% da humanidade comete 80% das agressões contra a natureza, crime que os assassinos chamam de suicídio, e é a humanidade inteira que paga as consequências da degradação da terra, da intoxicação do ar, do envenenamento da água, do enlouquecimento do clima e da dilapidação dos recursos naturais não-renováveis. A senhora Harlem Bruntland, que encabeça o governo da Noruega, comprovou recentemente que, se os 7 bilhões de habitantes do planeta consumissem o mesmo que os países desenvolvidos do Ocidente, “faltariam 10 planetas como o nosso para satisfazerem todas as suas necessidades”. Uma experiência impossível.

Mas, os governantes dos países do Sul que prometem o ingresso no Primeiro Mundo, mágico passaporte que nos fará, a todos, ricos e felizes, não deveriam ser só processados por calote. Não estão só pegando em nosso pé, não: esses governantes estão, além disso, cometendo o delito de apologia do crime. Porque este sistema de vida que se oferece como paraíso, fundado na exploração do próximo e na aniquilação da natureza, é o que está fazendo adoecer nosso corpo, está envenenando nossa alma e está deixando-nos sem mundo.

## 2- É verde aquilo que se pinta de verde.

Agora, os gigantes da indústria química fazem sua publicidade na cor verde, e o Banco Mundial lava sua imagem, repetindo a palavra ecologia em cada página de seus informes e

*“Os gigantes da indústria química fazem sua publicidade na cor verde, e o Banco Mundial lava sua imagem, repetindo a palavra ecologia em cada página de seus informes”.*

*“A recuperação do planeta ou daquilo que nos sobra dele implica na denúncia da impunidade do dinheiro e da liberdade humana”.*

tingindo de verde seus empréstimos. “Nas condições de nossos empréstimos há normas ambientais estritas”, esclarece o presidente da suprema instituição bancária do mundo. Somos todos ecologistas, até que alguma medida concreta limite a liberdade de contaminação.

Quando se aprovou, no Parlamento do Uruguai, uma tímida lei de defesa do meio-ambiente, as empresas que lançam veneno no ar e poluem as águas sacaram, subitamente, da recém-comprada máscara verde e gritaram sua verdade em termos que poderiam ser resumidos assim: “os defensores da natureza são advogados da pobreza, dedicados a sabotarem o desenvolvimento econômico e a espantarem o investimento estrangeiro.”

O Banco Mundial, ao contrário, é o principal promotor da riqueza, do desenvolvimento e do investimento estrangeiro. Talvez, por reunir tantas virtudes, o Banco manipulará, junto à ONU, o recém-criado Fundo para o Meio-Ambiente Mundial. Este imposto à má consciência vai dispor de pouco dinheiro, 100 vezes menos do que haviam pedido os ecologistas, para

financiar projetos que não destruam a natureza. Intenção inatacável, conclusão inevitável: se esses projetos requerem um fundo especial, o Banco Mundial está admitindo, de fato, que todos os seus demais projetos fazem um fracasso favor ao meio-ambiente.

O Banco se chama Mundial, da mesma forma que o Fundo Monetário se chama Internacional, mas estes irmãos gêmeos vivem, cobram e decidem em Washington. Quem paga, manda, e a numerosa tecnocracia jamais cospe no prato em que come. Sendo, como é, o principal credor do chamado Terceiro Mundo, o Banco Mundial governa nossos escravizados países que, a título de serviço da dívida, pagam a seus credores externos 250 mil dólares por minuto, e lhes impõe sua política econômica, em função do dinheiro que concede ou promete.

A divinização do mercado, que compra cada vez menos e paga cada vez pior, permite abarrotar de mágicas bugigangas as grandes cidades do sul do mundo, drogadas pela religião do consumo, enquanto os campos se esgotam, poluem-se as águas que os alimentam, e uma crosta seca cobre os desertos que antes foram bosques.

### 3- Entre o capital e o trabalho, a ecologia é neutra.

Poder-se-á dizer qualquer coisa de Al Capone, mas ele era um cavalheiro: o bondoso Al sempre enviava flores aos velórios de suas vítimas... As empresas gigantes da indústria química, petroleira e automobilística pagaram boa parte dos gastos da Eco-92: a conferência internacional que se ocupou, no Rio de Janeiro, da agonia do planeta. E essa conferência, chamada de Reunião de Cúpula da Terra, não condenou as transnacionais que produzem contaminação e vivem dela, e nem sequer pronunciou uma palavra contra a ilimitada liberdade de comércio que torna possível a venda de veneno.

No grande baile de máscaras do fim do milênio, até a indústria química se veste de verde. A angústia ecológica perturba o sono dos maiores laboratórios do mundo que, para ajudarem a natureza, estão inventando novos cultivos biotecnológicos. Mas, esses desvelos científicos não se propõem encontrar plantas mais resistentes às pragas

sem ajuda química, mas sim buscam novas plantas capazes de resistir aos praguicidas e herbicidas que esses mesmos laboratórios produzem. Das 10 maiores empresas do mundo produtoras de sementes, seis fabricam pesticidas (Sandoz-Ciba-Geigy, Dekalb, Pfizer, Upjohn, Shell, ICI). A indústria química não tem tendências masoquistas.

A recuperação do planeta ou daquilo que nos sobre dele implica na denúncia da impunidade do dinheiro e da liberdade humana. A ecologia neutra, que mais se parece com a jardinagem, torna-se cúmplice da injustiça de um mundo, onde a comida sadia, a água limpa, o ar puro e o silêncio não são direitos de todos, mas sim privilégios dos poucos que podem pagar por eles. Chico Mendes, trabalhador da borracha, tombou assassinado em fins de 1988, na Amazônia brasileira, por acreditar no que acreditava: que a militância ecológica não pode divorciar-se da luta social. Chico acreditava que a floresta amazônica não será salva enquanto não se fizer uma reforma agrária no Brasil.

Cinco anos depois do crime, os bispos brasileiros denunciaram que mais de 100 trabalhadores rurais morrem assassinados, a cada ano, na luta pela terra, e calcularam que quatro milhões de camponeses sem trabalho vão às cidades deixando as plantações do interior. Adaptando as cifras de cada país, a declaração dos bispos retrata toda a América Latina. As grandes cidades latino-americanas, inchadas até arrebentarem pela incessante invasão de exilados do campo, são uma catástrofe ecológica: uma catástrofe que não se pode entender nem alterar dentro dos limites da ecologia, surda ante o clamor social e cega ante o compromisso político.

## 4- A natureza está fora de nós

Em seus 10 mandamentos, Deus esqueceu-se de mencionar a natureza. Entre as ordens que nos enviou do Monte Sinai, o Senhor poderia ter acrescentado, por exemplo: "Honrarás a natureza, da qual tu és parte." Mas, isso não lhe ocorreu. Há cinco séculos, quando a América foi aprisionada pelo mercado mundial, a civilização invasora confundiu ecologia com idolatria. A comunhão com a natureza era pecado. E merecia castigo. Segundo

as crônicas da Conquista, os índios nômades que usavam cascas para se vestirem jamais esfolavam o tronco inteiro, para não aniquilarem a árvore, e os índios sedentários plantavam cultivos diversos e com períodos de descanso, para não cansarem a terra. A civilização, que vinha impor os devastadores monocultivos de exportação, não podia entender as culturas integradas à natureza, e as confundiu com a vocação demoníaca ou com a ignorância. Para a civilização que diz ser ocidental e cristã, a natureza era uma besta feroz que tinha que ser domada e castigada para que funcionasse como uma máquina, posta a nosso serviço desde sempre e para sempre. A natureza, que era eterna, nos devia escravidão. Muito recentemente, inteiramo-nos de que a natureza se cansa, como nós, seus filhos, e sabemos que, tal como nós, pode morrer. ◻



*\* Eduardo Galeano, escritor, é autor de, entre outros, "As veias abertas da América Latina"8*

## Sinpro/RS

## Ranking Salarial

O Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul publicou no início de agosto em seu site o novo Ranking Salarial das Instituições de Ensino Privado gaúchas ([www.sinprors.org.br/ranking](http://www.sinprors.org.br/ranking)). Nele são divulgados os valores hora/aula praticados no mercado do ensino privado do estado a partir de levantamento feito junto às instituições. Os valores estão atualizados conforme reajuste previsto na Convenção Coletiva de Trabalho 2011, entre Sinpro/RS e Sinepe/RS (sindicato das escolas), para os estabelecimentos de Educação Básica e Superior.

Constam do Novo Ranking Salarial apenas as instituições privadas de ensino que pagam valores superiores ao piso e há filtros por mantenedora, regional (do Sindicato), cidade ou nível de ensino, além de permitir outros cruzamentos, em uma região ou cidade específica, entre outras possibilidades. “Na medida em que a questão salarial está posta como centro da luta dos professores do ensino privado, este ranking tem por objetivo estimular e subsidiar o debate sobre esse tema entre os professores”, explica o diretor do Sinpro/RS Marcos Fuhr.

Segundo ele, a luta por melhores salários não se restringe às negociações com os sindicatos patronais, mas também compreende conquistas mais específicas por instituição. “Essa ferramenta se tornou um importante instrumento de informação e por isso a dinamizamos em nosso site para que os docentes possam, a partir das informações ali encontradas, refletir, fazer comparações e discutir a respeito. Na verdade o mercado paga valores muito diferenciados e em algumas situações apresentam discrepâncias que não se justificam”, conclui Fuhr.

## Sinpaaet amplia base territorial e inaugura nova sede

Em junho, a base territorial do SINPAAET passou a compreender também o município de Capivari de Baixo. Agora os trabalhadores capivarienses podem contar com um sindicato comprometido com o coletivo e com a valorização do trabalhador em educação.

Outra novidade é a inauguração da nova sede da entidade: o Centro de Capacitação do Profissional da Educação. A construção do local surgiu da necessidade do sindicato voltar-se para o desenvolvimento da classe e ampliar os serviços, já que a estrutura

anterior não comportava o grande fluxo de pessoas e serviços num mesmo espaço. No projeto arquitetônico, estão previstas a ala administrativa, auditórios, sala de assistência jurídica e de reuniões e consultórios odontológicos.

Além disso, em recente decisão de ação coletiva que versava sobre redução salarial, o Tribunal Superior do Trabalho considerou válidos tanto o alongamento do semestre letivo, como a redução da carga horária diária dos professores horistas da Unisul, desde que não houvesse redução do



Arquivo Sinpaaet

valor da hora aula paga aos professores. É uma decisão que acaba por trazer prejuízos a uma parte relevante da docência superior de Santa Catarina e de todo o Brasil.

## Sinpro Campinas: muitas vitórias em 2011

Arquivo Sinpro Campinas



O Sinpro Campinas tem obtido vitórias importantes na Justiça do Trabalho e nas negociações das Convenções Coletivas, assegurando direitos históricos dos professores. Neste ano, ações contra o grupo Anglo/COC levaram a Justiça e o Ministério Público do Trabalho a bloquearem bens imóveis da Instituição como forma de garantir a indenização de mais de 100 professores demitidos no início de 2011.

Com as instituições de Ensino Superior, a luta é contra a mercantilização da educação, mas também para garantir a remuneração justa pelo trabalho extra, cada vez mais exigido dos professores, por meio das novas tecnologias.

Já nas Campanhas Salariais, uma das principais batalhas foi garantir a manutenção do recesso de 30 dias, direito conquistado pelos professores e que os patrões ameaçavam reduzir.

Arquivo SAAEMG



## SAAEMG aborda tema de classe em seminário

O IV Seminário de Formação Político Sindical do SAAEMG foi realizado em 22 e 23 de julho, na cidade de Caeté/MG. Contando com a maciça participação de funcionários, diretores e convidados, o evento teve como lema: “Eu Tenho Classe”.

Diante desse mote, palestrantes enfatizaram a consciência de classe que o trabalhador deve ter diante das investidas do capital. Em outro momento houve análises das conjunturas políticas internacional, nacional e estadual. Também houve apresentação sobre o uso consciente da internet, além de palestras específicas para funcionários e diretores.

Representantes do Sinpro/ES, Sinpro/MG e Fitee, além do deputado estadual Carlin Moura e do secretário nacional do Ministério dos Esportes, Wadson Ribeiro (à dir. na foto) também participaram do IV Seminário, que marca mais uma ação nos 30 anos da concessão da Carta Sindical ao SAAEMG.



## Dignidade docente é tema do VII CONSINPRO-ES

O SINPRO/ES realizará, no dia 05 de novembro, o VII Congresso do Sindicato dos Professores no Estado do Espírito Santo – CONSINPRO. Com o tema “Em defesa da dignidade docente”, o congresso discutirá os temas mídia, reforma política e formação profissional. Além da discussão da conjuntura nacional e internacional, o VII CONSINPRO traçará as diretrizes da atuação do sindicato durante a gestão 2010/2014, assim como realizará a reforma do estatuto da entidade. Haverá também discussão de teses sobre os seguintes eixos temáticos: Bullying Social; Expansão do ensino e a precarização do trabalho docente; Políticas de Inclusão na Educação.

O VII CONSINPRO trará ao Espírito Santo o jornalista Altamiro Borges (SP), a poetisa, cantora e atriz capixaba Elisa Lucinda, entre outros convidados. Confira detalhes no site [www.sinpro-es.org.br](http://www.sinpro-es.org.br).



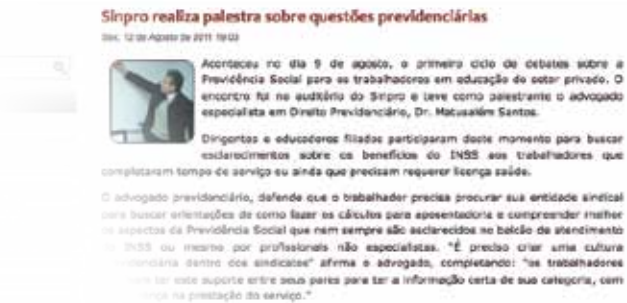


## Sinpro Itajaí e Região implanta programa de orientação em questões previdenciárias

“É preciso criar uma cultura previdenciária dentro dos sindicatos”. Esta foi uma das principais defesas do advogado especialista em Direito Previdenciário, Matusalém Santos, durante o encontro com educadores, em 9 de agosto, no auditório do Sinpro Itajaí e Região. Ele defende que o trabalhador precisa procurar sua entidade sindical para buscar orientações, fazer seus cálculos, compreender aspectos da Previdência Social.

Advindo das lutas de trabalhadores, Matusalém sabe da real necessidade de compreender como se dá o processo de aposentadoria, como calcular o fator previdenciário e ainda como buscar um pouco mais de qualidade de vida para quem se dedica ao magistério.

Neste primeiro encontro, os educadores expuseram suas dúvidas sobre o tempo de contribuição, a idade, e ainda aspectos ligados à saúde do trabalhador. A palestra



tra faz parte de um programa maior que a entidade está desenvolvendo nesta área do Direito Previdenciário. Uma cartilha específica sobre os benefícios do INSS deverá ser produzida e distribuída entre os trabalhadores da base.

Educadores empreendem habilidades múltiplas, implementam projetos, auxiliam na formação de novos homens e mulheres. Respeitar este tempo dedicado ao trabalho e identificar o valor de ser professor é um dos processos para a implementação e continuidade do programa. O Sinpro Itajaí e Região já está comprometido em chamar novos encontros para discussão do tema.

Arquivo Itajaí



# Criar uma inteligência *regulatória*

O novo Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação, Luís Fernando Massonetto – Doutor em Direito Econômico e Financeiro pela Universidade de São Paulo –, fala exclusivamente para a CONTEÚDO sobre os objetivos da criação da secretaria e os desafios a serem enfrentados, as políticas de avaliação e regulação do MEC, a mercantilização do ensino e a expectativa para a aprovação do novo PNE.



*Qual o objetivo do Ministério da Educação com a criação da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior? Por que ela foi criada? Quais serão suas principais funções e responsabilidades?*

**Massonetto** – Para falar dos motivos que levaram o Ministério da Educação a criar a nova secretaria é importante que se fale sobre o contexto em que tal decisão foi tomada. Desde a Lei do Sinaes, em 2004, o MEC vem trabalhando no aperfeiçoamento do marco regulatório da educação superior. Desde então, tivemos a publicação do Decreto nº 5.773/2006, de uma série de portarias normativas e de instrumentos de avaliação elaborados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), que fez com que tenhamos hoje uma rotina bastante consolidada na regulação. Em 2007 foi criado o e-MEC, um sistema eletrônico de tramitação dos processos de regulação, que conferiu maior impessoalidade e agilidade a esse processo.

Por essas razões, a atividade de regulação adquiriu uma estrutura bastante sofisticada do ponto de vista do seu funcionamento, passando com isso a demandar uma estrutura especial do Ministério da Educação, e é nesse contexto que é criada a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres/MEC).



*“O maior desafio será consolidarmos as rotinas da regulação”.*



Fotos: Fabiana Carvalho/Ascom-MEC

O objetivo com a nova secretaria é criar uma inteligência regulatória que seja comum às três áreas que antes eram gerenciadas por três diferentes secretarias: os cursos superiores de tecnologia, os cursos presenciais e os cursos na modalidade a distância.

Assim, a Seres passa a ser a responsável pela regulação e supervisão das instituições públicas e privadas de ensino superior e dos cursos superiores de graduação do tipo bacharelado, licenciatura e tecnológico, nas modalidades: presencial e a distância.

### *Quais os principais desafios a serem superados pela Secretaria?*

**Massonetto** – A regulação é uma conquista tanto dos setores regulados quanto da sociedade, por duas razões principais: primeiro porque ela garante à sociedade os mecanismos necessários para o controle social e segundo porque ela torna mais claras as regras que devem ser seguidas pelas instituições de ensino superior para cumprimento do que é exigido pelo poder público para a garantia de qualidade.

Acredito que o maior desafio será consolidarmos ainda mais as rotinas da regulação para que, tanto os representantes de instituições de ensino quanto a sociedade em geral, tenham confiança no processo e passem a ter os indicadores

e conceitos das avaliações do Sinaes como verdadeiros balizadores da qualidade de cursos e instituições.

*Até o momento, uma das principais formas de regulamentação do setor privado de ensino, por parte do MEC, se deu por meio dos mecanismos de avaliação da educação superior. Qual será a relação da atuação da Secretaria com as políticas de avaliação existentes?*

**Massonetto** – A avaliação de cursos e instituições é um instrumento

*“O objetivo com a nova secretaria é criar uma inteligência regulatória comum aos cursos superiores de tecnologia, presenciais e na modalidade a distância”.*

# “A avaliação deve ser o referencial

importante para a sociedade no sentido de orientação para o momento de ingresso no ensino superior e ela também sinaliza as instituições a respeito da qualidade do ensino oferecido, ou seja, a partir dos resultados obtidos nas avaliações, a instituição tem condições de identificar possíveis deficiências, induzindo-a a promoção de melhorias.

Além disso, a legislação foi trabalhada de modo a articular as atividades de avaliação, regulação e supervisão. Na prática, isso significa que a avaliação deve ser o referencial básico da regulação e da supervisão. Em outras palavras, o MEC passa a gerar consequências a partir das avaliações insatisfatórias de cursos e instituições.

Com base no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), foram criados indicadores de qualidade das instituições e de

seus cursos. Esses indicadores subsidiam o MEC nas atividades de regulação, por meio das quais o Ministério credencia e recredencia as universidades, centros universitários e faculdades e autoriza, reconhece e renova o reconhecimento de cursos.

*Em que medida a regulação da educação superior é uma forma de garantir qualidade de ensino?*

**Massonetto** – A avaliação da educação superior tem a finalidade de fornecer, tanto aos setores regulados quanto à sociedade informações importantes. Para as instituições é a partir desses resultados que é possível medir como está a qualidade de seu ensino e em quais pontos é preciso promover melhorias. E para a sociedade a avaliação fornece elementos que subsidiam a decisão sobre qual instituição escolher. Tem se tornado cada vez mais frequente a prática de alunos e pais de alunos consultarem o Cadastro e-MEC para consultar a regularidade e os resultados nas avaliações do Sinaes.

Os indicadores obtidos nas avaliações também podem motivar ações de supervisão pelo MEC. O desempenho insatisfatório de um curso ou instituição nas avaliações, por exemplo, pode levar o Ministério a determinar desde medidas de enfoque corretivo dos problemas até abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades. Com isso, a atuação do poder público não se dá apenas no controle prévio, durante o processo de credenciamento de uma instituição ou de autorização de um curso. Ela também

*“Tem se tornado cada vez mais frequente a prática de alunos e pais de alunos consultarem o Cadastro e-MEC”.*



# básico da regulação e da supervisão”.

ocorre no controle e fiscalização posteriores e permanentes do ensino oferecido, como forma de garantir a melhoria da qualidade.

A avaliação positiva é critério ainda para a participação dos estabelecimentos de ensino nos principais programas do MEC destinados à ampliação do acesso à educação superior. Para participar do Programa Universidade Para Todos (ProUni) e do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies), por exemplo, as instituições e os cursos precisam apresentar indicadores satisfatórios nas avaliações.



***A CONTEE centraliza sua atuação no combate à mercantilização da educação, afirmando que “Educação não é mercadoria” – com ênfase no ensino superior, onde tal fenômeno é muito presente. Qual a sua opinião sobre a questão? De que forma a Secretaria pode contribuir com a luta pela educação como um direito e um bem público?***

***Massonetto*** – A responsabilidade do Ministério da Educação em regular as instituições e cursos superiores é uma definição da própria Constituição Federal de 1988, que diz em seu artigo 209 que o ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as condições de cumprimento das normas gerais da educação nacional e autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Além disso, temos o compromisso de expandir o acesso da população ao ensino superior, garantindo os critérios de qualidade. Essa é inclusive uma das metas a serem alcançadas no âmbito do Plano Nacional de Educação 2011-2020, que tramita no Congresso Nacional.

***Qual sua expectativa em relação à aprovação do novo Plano Nacional de Educação e como ele pode contribuir para impulsionar as transformações***

***na área educacional brasileira?***

***Massonetto*** – O Plano Nacional de Educação é fruto da Conferência Nacional de Educação que aconteceu no ano passado e foi elaborado de uma maneira que facilita o monitoramento das ações por parte da sociedade. Em um texto sucinto, o Plano traz 30 metas que devem ser atingidas até 2020 e a cada meta estão relacionadas as estratégias que devem ser seguidas para o alcance dos objetivos. Além disso, o PNE traz, além de metas quantitativas, metas qualitativas para todos os níveis de ensino. Acredito que a partir de sua aprovação, o Brasil terá condições de fazer um acompanhamento bastante racional e objetivo do cumprimento e das metas e dos rumos que a educação brasileira estará tomando. **c**

***“Temos o compromisso de expandir o acesso da população ao ensino superior, garantindo os critérios de qualidade”.***

# A blogosfera e a *luta pela democracia*

Por Altamiro Borges \*

A CONTEÚDO inaugura nesta edição editoria que dá espaço e voz ao Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé. Vale lembrar que a CONTEE faz parte da Campanha “Seja amigo do Barão” e apoia as lutas da entidade pela democratização da mídia e pelo fortalecimento dos veículos alternativos de comunicação. Nesta primeira coluna, o jornalista Altamiro Borges, Presidente do Barão, fala sobre a realização do II Encontro Nacional dos Blogueiros Progressistas e da importância da Blogosfera no contraponto à mídia hegemônica.

Arquivo Barão de Itararé



No final de junho, em Brasília, 369 ativistas digitais de 21 estados se reuniram no II Encontro Nacional dos Blogueiros Progressistas – movimento também já batizado de BlogProg. O eixo central do evento foi a luta pela democratização da comunicação, que se expressa em três grandes bandeiras: por um novo marco regulatório para o setor; pela implantação e aperfeiçoamento do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL); e contra qualquer tipo de censura à rede. Com isso, a blogosfera progressista se somou a outros setores da sociedade na luta pela ampliação da democracia no país, que passa obrigatoriamente pelo fim da ditadura midiática.

O BlogProg teve início em meados de 2010 como contraponto às manipulações da mídia demotucana nas eleições presidenciais. A ideia de reunir os blogueiros num primeiro encontro nacional surgiu em 14 de maio, durante a assembleia de fundação do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé. Em curto espaço de tempo, a proposta ganhou aderência e, em agosto passado, cerca 300 ativistas participaram do I BlogProg, em São Paulo. De lá para cá, o movimento da blogosfera progressista cresceu em influência na luta de ideias e ganhou maior organicidade – sempre respeitando a sua rica diversidade e pluralidade.

## Os avanços do II BlogProg

Entre outros méritos do segundo encontro nacional, vale destacar quatro. O movimento, iniciado por alguns dos blogueiros mais influentes do país – como Paulo Henrique Amorim, Luis Nassif, Rodrigo Vianna, Luiz Carlos Azenha, Conceição Oliveira, Eduardo Guimarães e Renato Rovai –, adquiriu maior representatividade e enraizamento. No processo de preparação do II BlogProg foram realizados 14 encontros estaduais e dois regionais, que reuniram 2.180 ativistas digitais. A presença de jovens,

que encontram na internet uma nova forma de militância e não têm vida orgânica em partidos ou sindicatos, foi uma das marcas destes encontros.

O segundo aspecto positivo é que o movimento adquiriu maior legitimidade, cacifando-se como um ator relevante na luta política e de ideias na sociedade. O ex-presidente Lula participou da abertura do evento, fazendo duras críticas à partidarização da mídia hegemônica e efusivos elogios à blogosfera por seu papel na democratização da informação. O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, demonstrou uma postura aberta ao enfrentar as críticas dos blogueiros às limitações do PNBL e à ausência do projeto de regulação da mídia. O governador do Distrito Federal, parlamentares de diversos partidos e inúmeras lideranças de expressão – como José Dirceu, Renato Rabelo, Brizola Neto e Luiza Erundina – também prestigiaram o evento.



*\* Altamiro Borges é Presidente do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé*

## Unidade na rica diversidade

O terceiro mérito que é que II BlogProg conseguiu manter a unidade na diversidade deste movimento tão amplo e plural. O ponto de convergência do primeiro encontro foi a denúncia das manipulações da mídia demotucana e golpista na batalha sucessória. A reação à ditadura midiática conseguiu unir jornalistas de renome e ativistas sociais da internet, militantes de diversos partidos e lutadores inorgânicos. Havia risco das divergências se avolumarem, inviabilizando a continuidade do movimento. Mas, com total respeito à horizontalidade e à pluralidade da rede, foi possível encontrar mais pontos de convergência do que de cisão. Para isso foi fundamental manter uma estrutura sem hierarquias verticalizadas, sem donos ou aparatos.

Por último, vale destacar que o II BlogProg avançou na sua organicidade. A sua comissão nacional organizadora foi ampliada, com a presença de representantes das cinco regiões do país. Ela não tem qualquer papel de “direção” do movimento, de centralização na rede, mas apenas de estimular a realização de

encontros, multiplicar o número de ativistas digitais e melhorar a qualidade dos blogs. O III BlogProg já está marcado para maio, na Bahia. Antes disto, no final de outubro, ocorrerá o primeiro encontro mundial de blogueiros, em Foz do Iguaçu. Vários estados também já organizam eventos regionais para enraizar ainda mais o movimento. Com espírito amplo, plural e democrático, é possível alavancar em muito a força da blogosfera progressista no Brasil.

## A força crescente da blogosfera

A tendência é que a blogs e as redes sociais ocupem um papel cada vez mais relevante na luta de ideias na sociedade brasileira. A batalha presidencial do ano passado já confirmou o enorme potencial desta nova forma de militância social. Os ativistas digitais ajudaram a desmascarar várias tramoias da mídia demotucana. Esta se comportou como autêntico “partido do capital”, como já havia ensinado o comunista italiano Antonio Gramsci. No auge da campanha eleitoral, a velha mídia se tornou a principal força da oposição de direita, como confessou Judith Brito, presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ) e executiva do Grupo Folha.

Jornalões, revistas, rádios e emissoras de televisão se transformaram em comitês eleitorais do candidato tucano José Serra. No desespero diante da iminente derrota, estes veículos das elites dominantes partiram para a manipulação mais grosseira. Os blogs e as redes sociais, com sua agilidade e irreverência, serviram como contraponto à velha mídia. Eles ridicularizaram a famosa bolinha de papel que atingiu a careca de Serra e que foi transformada num petardo mortífero pela TV Globo. Eles também denunciaram a falsa ficha policial contra Dilma Rousseff estampada na capa do jornal FSP (Folha Serra Presidente).

## Potente instrumento de mobilização

A blogosfera e as redes sociais jogam papel cada vez mais ativo e agudo na luta de ideias. Elas fazem o contraponto à velha mídia, denunciando os interesses políticos e econômicos das corporações empresariais por detrás das notícias, do entretenimento e da cultura. Elas ajudam a





desmascarar os monopólios midiáticos, que manipulam a informação e deformam o comportamento. Com a agilidade de um mundo conectado online, os ativistas digitais inclusive passam a pautar a própria mídia privada. As redes sociais permitem o florescimento de milhares, milhões, de novos comunicadores que compartilham fatos e análises, imagens e sons. Eles não são mais receptores passivos das notícias difundidas pelos conglomerados midiáticos; eles são produtores de informação.

Além do contraponto na luta de ideias, a blogosfera e as redes sociais têm se mostrado um potente instrumento de mobilização. Elas não fazem a revolução, como alguns idealizam, mas ajudam a mobilizar as pessoas de carne e osso na luta por seus direitos. Elas foram decisivas nas revoltas do mundo árabe, deflagrando os gigantescos protestos das ruas, furando o cerco das ditaduras e denunciando o agravamento da crise econômica e social. Elas também tiveram um papel destacado na chamada “revolução dos indignados” na Espanha. Na explosão da revolta espontânea em Londres, a agilidade da internet atormentou o governo britânico. Como brincou o veterano jornalista Mauro Santayana, o que seria do mundo capitalista se Marx tivesse vivido na era da internet!

## Ameaças e desafios

No Brasil, essa capacidade da mobilização instantânea também já se manifesta – e só tende a crescer. Foram as redes sociais que mobilizaram, em menos de 48 horas, mais de 4 mil pessoas no irreverente “churrascão da gente diferenciada”, no bairro nobre de Higienópolis, em São Paulo. Elas também tiveram papel de relevo nas mobilizações contra a prefeita-demo de Natal (RN), no movimento “Fora Micala”, ou nas “marchas das vadias”, em diversas capitais, contra o machismo. Os tuitos de protesto, como o que ocorreu contra os retrocessos no Plano Nacional de Banda Larga, transformam-se numa arma de denúncia e agitação.

Os participantes do II BlogProg sabem do enorme potencial desta ferramenta na luta de idéias e na mobilização social. Sabem que precisam se apropriar rapidamente desta brecha tecnológica para avançar nas suas demandas imediatas e futuras. Sabem que as classes dominantes farão de tudo para castrar seu uso, ao mesmo tempo

em que tentam mercantilizar a internet para auferir mais lucros. A batalha de ocupação da rede está em aberto. É preciso que floresçam mil flores, que se multiplique o número de ativistas digitais, e que se qualifique o uso desta poderosa ferramenta. As ameaças existem, mas os desafios são apaixonantes. c

## Vem aí o 1º Encontro Mundial de Blogueiros

O sucesso do Encontro Nacional de Blogueiros Progressistas foi tão grande que em outubro acontecerá o 1º Encontro Internacional de Blogueiros. A atividade reunirá internautas dos Estados Unidos, Europa, Ásia, África e América Latina para discutir “O papel da globosfera na construção da democracia”.

Até o momento, dez palestrantes de peso na globosfera já estão confirmados. São eles: Ignacio Ramonet Míguez, Pascual Serrano, Amy Goodman, Denis de Moraes, Luiz Nassif, Emir Sader, Kristinn Hrafnsson, Iroel Sanches, Esmael Moraes, Blanca Josales e Jesse Chacón.

O evento é organizado pelo Centro de Estudos de Mídia Alternativa Barão de Itararé e pelo AlterCom. Recebe patrocínio da Itaipu Binacional e apoio da Loumar Turismo de Foz do Iguaçu. Informações sobre programação e inscrições no Site Oficial: <http://blogueirosdomundo.com.br/>.

## Na Argentina: Rede de educadoras e VIII Conferência Regional Ordinária da IEAL

A Secretária Geral, Cristina Castro, e a Secretária de Gênero e Etnia da CONTEE, Nara Teixeira, estiveram, no início de junho, na Argentina, para participar da Conferência Regional da Rede de Mulheres e da VIII Conferência Regional Ordinária da Internacional da Educação para América Latina (IEAL).

A Rede de Mulheres é uma iniciativa da IE, que trabalha pela igualdade de oportunidades com a perspectiva de gênero, a partir da ação sindical dos professores na América Latina. Durante a atividade, estiveram reunidas lideranças sindicais do Brasil, Bélgica, Espanha, Estados Unidos e Noruega



Rosana Villas

Na abertura da VIII Conferência, uma apresentação da Orquestra Escola Moreno, composta por 80 estudantes da educação infantil e ensino médio de uma escola pública portenha, emocionou os participantes.

para debaterem a defesa da educação de qualidade como um direito social, além de proporcionar uma avaliação sobre os resultados obtidos com a I Conferência Mundial de Mulheres da Internacional

da Educação na Tailândia.

Já a VIII Conferência Regional Ordinária debateu temáticas educacionais e sindicais da Região e a elegeu a nova diretoria da IEAL para a próxima gestão. Com o tema “Por

uma pedagogia emancipadora para uma América Latina em transformação”, a atividade homenageou Carlos Fuentealba, mártir argentino da história recente da luta dos trabalhadores da educação.

## Curso de formação teve aula inaugural

Nos últimos dias do mês de maio, aconteceu em São Paulo/SP a aula inaugural do Curso de formação política sindical da CONTEE. A atividade recebeu dirigentes de todo o Brasil para acompanhar a aula presencial do Professor Ladislau Bowdor, que falou sobre “Economia e Trabalho no final do século XX e início do século XXI”.

Entre as questões abordadas: tecnologia do conhecimento, democracia econômica, novas tecnologias e os desafios na área da educação, o papel da sociedade, democracia participativa, o papel da mídia, a importância de perceber e refletir sobre as mudanças ocorridas no período, as novas relações de trabalho e os novos contornos do sindicalismo mundial e brasileiro.

A aula foi gravada e os alunos inscritos, que não puderam comparecer, têm a oportunidade de fazê-la on-line. O curso



Daniela Moraes

é gratuito e pretende ampliar as discussões da nova realidade do mundo do trabalho e contribuir para a reflexão sobre papel dos sindicatos e dos sindicalistas ligados a entidades de educação. Mais informações: [contee@contee.org.br](mailto:contee@contee.org.br)



## África do Sul sediou 6º Congresso da IE

Entre os dias 22 e 26 de julho aconteceu, na Cidade do Cabo, na África do Sul, o 6º Congresso Mundial da Internacional da Educação (IE). Na atividade, 1600 congressistas, entre os mais influentes líderes sindicais e professores da África, Ásia, Caribe, Europa e Américas, discutiram as atuais políticas públicas voltadas à educação e debateram as melhores práticas para selecionar, preparar e apoiar professores e funcionários da educação em todo o mundo. Além disso, os debates exploraram o impacto da crise econômica e financeira mundial na oferta de educação de qualidade. A CONTEE foi representada na atividade pela Secretária Geral da entidade, Cristina Castro.

A Educação Superior foi tema de uma das reuniões e atividades que antecedem o 6º Congresso da IE, com o objetivo de revisar as ações da entidade no setor, desde seu último Congresso, realizado em Berlim, em 2007. Na ocasião, Cristina Castro falou sobre as lutas da Confederação em defesa da educação pública e contra a mercantilização do ensino no Brasil. “Apenas 13,6% dos jovens de 18 a 24 anos estão na universidade, e 89% deles estão em instituições privadas”, informou Castro.



Arquivo Contee

*Cristina Castro, Secretária Geral da CONTEE; Yamile Socolovsky, Coordenadora del IEC (Instituto de Estudios y Capacitación) da Federação Nacional dos Docentes Universitários – Conadu da Argentina; e Carlos De Feo, Secretário Geral da CONADU)*

A dirigente também destacou que o governo brasileiro tem buscado regular o setor privado de ensino superior por meio das avaliações periódicas das instituições, porém ainda muito aquém das necessidades. Cristina encerrou afirmando que a CONTEE luta para garantir que educação não seja tratada como mercadoria e, sim, como um direito, um dever do Estado, devendo ser pública, gratuita e com qualidade socialmente referenciada.

### Moção de apoio à luta dos estudantes chilenos

A diretoria plena da CONTEE aprovou moção de apoio aos estudantes chilenos que reivindicam mudanças no sistema educacional do país. A direção da entidade repudiou a repressão violenta aos estudantes e demais manifestantes – vítimas de violência policial e ameaças de morte, até mesmo por meio das redes sociais.

Na nota, a CONTEE reitera que a liberdade de manifestação e luta dos movimentos sociais organizados deve ser respeitada, acima de tudo, bem como ressalta a necessidade de que as reivindicações do povo chileno sejam ouvidas e atendidas.

Arquivo Filtrae BC





Daniele Moraes

## Dirigentes avaliam Campanhas Salariais 2011

Dirigentes de entidades filiadas à CONTEE de todo o Brasil estiveram reunidos na capital paulista, no dia 11 de agosto, na Sede do Sinpro-SP, para a realização do IX Seminário de Campanha e Negociação Salarial da Confederação. Durante a atividade, os representantes das entidades fizeram importantes e completos relatos sobre as vitórias e os desafios enfrentados nas mesas de negociação durante as Campanhas Salariais deste ano.

Ao abrir o Seminário, o Secretário de Organização e Políticas Sindicais da CONTEE, Fábio Zambon, destacou sua satisfação em ver a grande adesão das entidades na ideia de fazer campanhas com temas coletivos. “Tenho certeza de que esta unidade dará ótimos resultados também nas próximas campanhas salariais”, afirmou o dirigente.

Os participantes do Seminário formularam proposta para a construção de estratégias de atuação coletivas – respeitadas as particularidades de cada região – a partir de debates entre representantes das federações, como forma de disseminar as ações da Confederação. Após encaminhada, a proposta foi aprovada pela diretoria plena da CONTEE.

## CONTEE prestigia Marcha das Margaridas

No dia 17 de agosto, dirigentes da CONTEE participaram da 4a Marcha das Margaridas, que aconteceu em Brasília-DF, e levaram o apoio da entidade à luta das trabalhadoras do campo. A manifestação reuniu milhares de mulheres na luta pelo desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade, contra o modelo de produção rural vigente no país, que favorece o latifúndio, destrói o meio ambiente e expulsa as comunidades rurais. Do alto do carro de som, as oradoras faziam denúncias, apresentavam reivindicações e gritavam palavras de ordem.

A Presidenta Dilma Rousseff participou do encerramento da Marcha e se auto intitulou “Margarida”, usando, durante todo seu discurso, um chapéu de palha com fitas roxas, símbolo das trabalhadoras rurais e da atividade.



Arquivo Contee

## Reunião discute “comum acordo” em dissídio coletivo

Arquivo Contee



Entre os presentes estavam os membros da Diretoria Executiva da CONTEE: João Batista da Silveira, Fábio Eduardo Zambon, Cristina de Castro, Edson de Paula Lima e Jose Carlos Arêas, bem como o assessor jurídico, Adailton Teixeira, e o Consultor Jurídico da entidade, José Geraldo de Oliveira Santana. Destacamos ainda a participação de Dr. Cristiano, representante da CNTEEC, Confederação autora de uma das ADI's.)

No início de agosto, a CONTEE realizou, em Brasília-DF, uma importante reunião para discutir providências a serem encaminhadas objetivando o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade, em que a Confederação é autora. A ADI, que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF), pretende a declaração de inconstitucionalidade da expressão “comum acordo”, contida no §2º do art. 114 da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 45/2004.

Esta alteração constitucional promovida pela EC 45/2004 dificulta e prejudica muito os trabalhadores, pois o julgamento de dissídio coletivo fica condicionado à concordância patronal. Com isso, muitos trabalhadores podem ficar sem um instrumento normativo que regulamenta as relações de trabalho e, inclusive sem correção salarial.

Junto com a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3431, movida pela CONTEE, outras ações com o mesmo pedido tramitam no STF. Entretanto, em maio de 2011, o Ministro Luiz Fux, em julgamento do recurso de Agravo de Instrumento interposto pelo Sindicato dos Professores de Minas Gerais (Sinpro Minas), suspendeu o julgamento de dissídio coletivo até que o STF julgue o mérito destas ações.

Na avaliação do Secretário de Assuntos Jurídicos da CONTEE, João Batista da Silveira, “é preocupante esta demora, visto que a ADI 3431 está tramitando desde março de 2005, logo após a promulgação da EC 45, ocorrida em dezembro de 2004. Milhares de trabalhadores de várias categorias estão com a sua correção salarial indefinida”.

## Contra o PRONATEC

A diretoria plena da CONTEE, reunida em São Paulo/SP, nos dias 12 e 13 de agosto, aprovou posição contrária ao Projeto de Lei 1209/2011, que institui o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego).

Um dos principais argumentos da entidade contra o Projeto se dá pela destinação de verbas públicas para as empresas do Sistema S, que cotidianamente travam batalhas com os sindicatos de professores da base da CONTEE, em função do não cumprimento da legislação

educacional, por conta da contratação de professores como instrutores ou pessoas jurídicas, entre outras questões.

No documento, a Confederação manifesta: “sua posição contrária ao PRONATEC, reafirmando ser favorável ao desenvolvimento de uma educação profissional e tecnológica de qualidade, com formação ampla e não apenas voltada ao trabalho”.

Leia no Portal da CONTEE a íntegra do documento.

Sinpro-Rio: 80 anos de luta

# Com peso na sociedade *na categoria e na história*

Arquivo Sinpro-Rio



Mesa da solenidade de entrega da Medalha Tiradentes, na Alerj

O Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região comemora, em 2011, 80 anos de luta, com peso na sociedade, na categoria e na história.

Em maio deste ano, o Sinpro-Rio completou 80 anos, marcados por lutas, conquistas e vitórias. Uma história de identidade com as lutas da categoria, que se confunde com a própria história do país. Entre os atos comemorativos, o Sindicato foi agraciado com a Medalha Tiradentes, a maior comenda concedida pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), no dia 27 de maio; e também com a Medalha Pedro Ernesto, concedida pela Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, no dia 8 de junho.

A criação do Sindicato dos Professores do Ensino Secundário e Comercial do Distrito Federal se deu em 31 de maio de 1931. Com o Estado Novo, o Sindicato dos Professores do Distrito Federal, denominação adotada desde 1934, foi

vítima das intervenções governamentais do Estado e teve suas atividades paralisadas em 1936, 1939 e 1941, voltando a funcionar legalmente só em 1943 com a denominação de Sindicato dos Professores de Ensino Secundário, Primário e Artes do Rio de Janeiro.

No início dos anos 50, a entidade consolidou o sonho de sua sede própria, então instalada na Avenida 13 de Maio, no Centro. Além das questões trabalhistas, esta década foi marcada pelo debate em torno da necessidade de regulamentação do ensino privado. Já naquela época, o Sindicato defendia a escola pública, gratuita e laica.

Na década seguinte, já como Sindicato dos Professores da Guanabara, engajou-se nas campanhas pela legalidade e pelas reformas de base, participando da greve geral de 1962 e da organização do Comando dos Professores em apoio a João Goulart. O golpe militar de 1964 desmantelou a organização com a prisão de seu presidente e a perseguição

de outros membros da diretoria, alguns obrigados a abandonar até mesmo a prática docente.

Em 1970, diante da conjuntura política nacional, com a radicalização do regime militar, tomou posse uma nova diretoria com outro espectro político. No entanto, a década se caracterizou pelo esvaziamento do Sindicato. Só em 1978, em sintonia com o Movimento de Abertura Política que se desenrolava no país, principalmente com o fim do AI nº5, a oposição saiu vitoriosa, colocando o Sindicato na linha de frente das lutas sociais. Junto ao movimento dos metalúrgicos do ABC e à anistia, a greve dos professores de 1979 representou o retorno dos movimentos dos trabalhadores, abrindo, com isso, espaço para militantes que, eleitos em assembleia, passaram a atuar na organização da categoria. Os núcleos dessas organizações gestaram os protótipos das atuais “zonais”.

Ao longo da década de 90, o Sindicato teve efetiva participação nas manifestações contra as privatizações, juntando-se à luta contra o desmonte do Estado, promovido pela política neoliberal. Estavam incluídas nessa luta as diversas tentativas de flexibilização da CLT, que colocavam em risco todos os ganhos históricos dos trabalhadores.

Todas essas políticas, desde os anos 80, exigiram um novo arranjo do espaço de luta do Sindicato, face ao movimento da própria categoria. Não era mais possível pensar a categoria apenas pelas necessidades do eixo Centro-Sul-Tijuca. A inauguração da subsede Campo Grande, em 1980, foi o primeiro passo nessa direção.

A partir de 2000, iniciou-se uma nova filosofia no Sindicato, que começou a pensar a categoria sob o viés de classe, da classe trabalhadora que se distribui por todo Estado do Rio de Janeiro. Foi o início da política em parceria com a Federação (Fe-teerj), de “extensão de bases”. Estendendo sua base de representação para os municípios de Itaguaí, Paracambi e Seropédica, o Sindicato passou a ter a atual denominação: Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região (Sinpro-Rio).

*O Sindicato teve efetiva participação nas manifestações contra as privatizações, juntando-se à luta contra o desmonte do Estado, promovido pela política neoliberal.*

Em 2003, a inauguração da subsede Barra da Tijuca e, em 2007, a subsede em Madureira, materializaram essa política. Essa expansão territorial se expressou através do aumento das sindicalizações que atingem, hoje, a marca de mais de 18 mil associados.

As novas demandas da categoria tomaram corpo nos fóruns do Sindicato, com reflexos no sucesso do projeto “Escola do Professor”, em 2000. A partir de então, aliada ao processo de (re) organização interna da diretoria em comissões (Educação Superior, Educação Infantil, Gênero e Etnia, Movimentos Sociais, Copap e Saúde), com vistas a maior eficiência das intervenções no seu trabalho político, o enfoque do Sindicato passou a se basear nas campanhas institucionais. A campanha “Voz para Educar”, iniciada em 2006, voltou-se para os cuidados com a saúde vocal. Já a campanha “Saúde do Professor”, lançada em março de 2009, veio com intuito de sensibilizar a sociedade para a trágica realidade dos professores, desnaturalizar a violência emocional e física que predomina nos ambientes escolares contemporâneos; e, acima de tudo, convocar os docentes à reflexão e luta por melhores condições de trabalho e saúde.

Com essa campanha, o Sindicato passou a frequentar escolas e IES nas quais, até

então, encontrava resistências e dificuldades para seu trabalho político. E mais: conseguiu se colocar para a sociedade as próprias especificidades da categoria com necessidades inerentes ao exercício de seu metier profissional, em que se inserem lutas pelo calendário único, aumento do piso salarial e número de alunos em sala, dentre outros eixos de luta consolidados no 10º Consinpro, no qual os delegados se dedicaram a discutir não apenas os rumos da entidade, mas também a educação, tratada como instrumento de formação e transformação social. Dentre as medidas de reestruturação do Sindicato destacamos a redução do tempo do mandato presidencial, uma nova organização territorial para o trabalho sindical e a construção da proposta de orçamento participativo.

Para o Sinpro-Rio, além das campanhas salariais, uma luta permanente deve ser travada contra a exploração e alienação do trabalhador. Esse compromisso do Sindicato passa necessariamente pela organização das categorias na base, através de atividades de atualização, conscientização e engajamento dos trabalhadores nas lutas por ele travadas. ◻

*Arquivo Sinpro-Rio*



*Presidente do Sinpro-Rio, Wanderley Quêdo, durante a entrega da Medalha Tiradentes*

Sinpro Minas

# Entre o cuidado *e a Educação*

Professores da educação infantil buscam, na construção da identidade, maior valorização.

Tais Ferreira



Com cerca de 140 participantes de 22 diferentes municípios de Minas Gerais, o Sinpro Minas promoveu nos dias 1º e 2 de julho, em Belo Horizonte, o Encontro de Professores da Educação Infantil do Setor Privado. O objetivo do Encontro foi debater e levantar soluções para os problemas de identidade e condições de trabalho dos professores da Educação Infantil, que como os demais profissionais da educação devem ser respeitados e valorizados.

A importância da discussão do tema remonta a constituição de 1988, em que a educação infantil passou a ser um direito das crianças brasileiras. Um reconhecimento de que as creches e pré-escolas, que correspondem a primeira etapa da Educação Básica no país, têm um papel fundamental na formação das crianças.

A formação dos professores da educação infantil é hoje também um direito dos próprios professores e também das crianças. No entanto, os números da educação infantil continuam negativos. Há ainda uma parcela de profissionais que atuam com a formação abaixo da desejada. De acordo com dados da pesquisa da pedagoga e doutora em educação infantil Zoia Prestes: incluindo o meio urbano e rural, temos, de um total de 94.038 profissionais de creche, 1,2% (1.204) com o fundamental incompleto e 3,9% (3.714) com o fundamental completo. Nas pré-escolas, de um total de 309.881 profissionais, também incluindo o meio urbano e rural, são 0,3% (1.173) com fundamental incompleto e 1,6% (5.170) com o fundamental completo. Os dados evidenciam um descompromisso das políticas públicas com a formação docente e com a qualidade da educação.

## Baixa qualidade dos cursos

Para a doutora em psicologia e consultora do MEC, Ângela Rabelo Barreto, um dos problemas da formação profissional também está na baixa qualidade dos cursos. Segundo a professora, numa pesquisa realizada na licenciatura de Pedagogia foram analisadas as ementas de 71 cursos, sendo encontradas mais de 3.000 disciplinas. A conclusão é que há um currículo fragmentado, com um conjunto de disciplinas bastante disperso. “Verificou-se que as abordagens são muito descritivas, sem relacionar a teoria com a prática. Poucos cursos propõem disciplinas que permitam algum aprofundamento em relação à educação infantil”, afirmou Ângela.





Para a conferencista Isabel de Oliveira e Silva, professora da FaE/UFMG, a formação dos profissionais da Educação Infantil precisa contemplar elementos que em geral não estão presentes na formação dos professores de outros segmentos. Segundo ela, embora se tenha a definição de que o profissional da educação infantil deve possuir formação como professor e que a educação infantil se caracteriza como direito da criança e das famílias, há ambiguidades que permanecem nas referências dos professores que atuam nesse segmento. “Educar crianças pequenas exige dos professores habilidades muito específicas em relação às necessidades das crianças e o contexto escolar precisa se estruturar para que os professores exerçam essa prática”, defende.

Segundo Isabel, a educação infantil é uma etapa caracterizada entre o cuidado e a educação e a identidade desses professores ainda está em construção por ser recente a expansão desse segmento. A professora indagou: “Um bebê é aluno? É com essa identidade que eu o trato? Muitas vezes, nos vêem como se fizéssemos o que é mais fácil, como brincadeiras, etc. O próprio imaginário sobre em que consiste educar crianças em instituições educativas colocam problemas para a construção de uma valorização tanto simbólica quanto material das professoras, que são maioria na educação infantil”, avalia.

## Valorização

A necessidade de valorização e as condições de trabalho dos professores da educação infantil também foram debatidas nas oficinas temáticas do Encontro. A pedagoga Virgínia Ferreira Ramos, especialista em educação infantil, expôs aspectos da realidade vivenciada nas escolas. “Os professores da educação infantil ainda carregam uma cultura de que são pouco profissionais e que assumem uma função mais maternal. Mas como podemos delegar tantas atribuições a esse profissional sem lhes oferecer respaldo acadêmico, salarial e legislativo que contribuam para a valorização e a preservação do seu ofício: professor/a da educação infantil?”, questiona.

O presidente do Sinpro Minas Gilson Reis reafirma a importância de lutar pela unificação dos pisos salariais nas convenções coletivas de trabalho dos professores

da rede privada. “Além de um piso salarial decente, é preciso incentivar à formação universitária e continuada e estabelecer plano de carreira. Fatores que são o tripé da valorização dos professores”, afirma. Ele também ressalta que o Plano Nacional de Educação não contempla o que foi debatido na Conferência Nacional da Educação sobre a valorização do ensino infantil.

Entre as propostas levantadas pelos participantes estão a necessidade de refletir sobre a realidade social dos profissionais da Educação Infantil; identificar e compartilhar as denominações das profissionais no setor privado de ensino; acolher e demandar ações acadêmicas de extensão, ensino e pesquisas universitárias; promover espaços de discussão sobre o curso de pedagogia com as universidades; intensificar a fiscalização nas escolas; lutar pela regulamentação do setor privado de Educação; exigir que as políticas do MEC sejam mais próximas dos municípios e auxiliar na elevação da auto-estima destes profissionais, entre outras. **c**

*\*Débora Junqueira –  
Jornalista do Sinpro Minas*

*“Os professores da educação infantil ainda carregam uma cultura de que são pouco profissionais e que assumem uma função mais maternal”, disse Virgínia Ramos.*

# Na pauta *Positiva*

*Veja aqui uma importante conquista do último período que merece destaque:*

## Aviso prévio proporcional

No final no mês de junho, o Supremo Tribunal Federal deu parecer favorável à aplicação do aviso prévio proporcional ao tempo de serviço. A decisão pode abrir o caminho para regulamentação desse direito constitucional. A Constituição Federal assegura “aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo de no mínimo 30 dias, nos termos da lei”. O problema é que até agora não há lei para esse dispositivo.

Entretanto, como a matéria ainda será analisada pelo STF, as entidades patronais já se articulam para pressionar o Supremo. A Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Confederação Nacional do Comércio (CNC), as Confederações Nacionais dos Transportes (CNT), da Agricultura (CNA) e do Sistema Financeiro, e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) já elaboraram carta com posição contrária à medida.

A sinalização do STF foi, portanto, positiva, mas já sofre pressão do empresariado. Cabe aos movimentos sindicais de trabalhadores entrarem na disputa para garantir esse direito.

*Com informações da FEPEESP*

# Desafios para a *nossa luta*

*Os desafios do setor educacional são grandes e variados. Destacamos um aspecto que exigirá atenção redobrada:*

## Riscos do PRONATEC

A CONTEE manifestou posição contrária ao Projeto que cria o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), especialmente, pela caracterização da destinação de verbas públicas para iniciativa privada, por meio das empresas que compõem o chamado “Sistema S”.

Os sindicatos de professores da base da CONTEE travam cotidianamente batalhas com o “Sistema S” em função do não cumprimento da legislação educacional, por conta da contratação de professores como instrutores ou pessoas jurídicas, entre outras questões.

A Confederação reafirmou sua posição: “favorável ao desenvolvimento de uma educação profissional e tecnológica de qualidade, com formação ampla e não apenas voltada ao trabalho”. Outra crítica feita pela entidade se refere à falta de regulamentação da educação tecnológica e profissionalizante, que fica ainda mais vulnerável com a instituição desse Projeto, por não definir de maneira clara a concepção de educação que está por trás da proposta. A íntegra do documento com a posição oficial da CONTEE está disponível no Portal: [www.contee.org.br](http://www.contee.org.br).



# A centralidade do trabalho *no pós-neoliberalismo*

O tema do trabalho voltou ao centro do debate revestido de novas questões e oportunidades após a passagem da grande noite em que predominou o pensamento conservador e as políticas de corte neoliberal no Brasil. Por mais de duas décadas o Brasil se viu constringido das oportunidades de crescimento do emprego e da renda por decorrência das opções políticas adotadas de regressão do papel do Estado e do enfraquecimento das forças do trabalho.

*Por Marcio Pochmann\**

O processo político desencadeado pelas últimas três eleições nacionais possibilitou derrotar democrática e sistematicamente o receituário neoliberal que dominou o Brasil desde o final do governo Sarney (1985-1990), passando pelos governos de Fernando Collor (1990-1992) e FHC (1995-2002). Assim, desde 2003, as ações reunidas em torno do Consenso de Washington, que orientaram as políticas públicas no país, como no caso da liberalização da competição e da desregulamentação do trabalho, foram sendo afastadas da agenda das políticas econômicas e sociais.

Em grande medida, a crise internacional de 2008 terminou por apontar não apenas para os limites das políticas neoliberais como também para a regressão estabelecida ao mundo do trabalho. Frente à grave crise global, as políticas públicas anticíclicas adotadas permitiram ao Brasil continuar seguindo na direção contrária ao originalmente perseguido desde o final da década de 1980.

Durante as duas décadas de orientação neoliberal, o país acumulou retrocessos significativos. Mesmo o avanço alcançado pela estabilização monetária desde o Plano Real resultou tardio e incompleto. Após mais de quatro anos de experimentalismo neoliberal, o país foi um dos últimos a ter superado a fase de altas taxas de inflação, uma vez que desde o início dos anos 1990 ela abandonou o alto patamar registrado nas décadas de 1970 e 1980. Ademais, o controle inflacionário desde o segundo semestre de 1994 demonstrou ser insuficiente para permitir o retorno — pelo menos — do crescimento econômico, que permaneceu contido e extremamente vulnerável, com perversos efeitos sociais.

No ano de 2000, por exemplo, a economia brasileira ocupou o posto de 13ª mais importante do mundo e o 3º lugar no ranking do desemprego global, enquanto em 1980 era 8ª economia do mundo e situava-se na 13ª posição em quantidade de desempregados, não obstante possuir a 5ª maior população do planeta. A participação do rendimento do trabalho, que era a metade da renda nacional, baixou para menos de 40% em 2000, enquanto a renda dos proprietários (lucros, juros, renda da terra e aluguéis) aproximava-se dos 2/3 do Produto Interno Bruto (PIB) ante 50% representado no final da década de 1970.

Uma vez abandonada a perspectiva neoliberal, o Brasil passou a perseguir outra trajetória. A situação mais recente reposiciona o país na 7ª posição de importância mundial, com



*\* Marcio Pochmann é presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), professor licenciado do Instituto de Economia e do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da Unicamp*

*“No ano de 2000, por exemplo, a economia brasileira ocupou o posto de 13ª mais importante do mundo e o 3º lugar no ranking do desemprego global”.*

sinais crescentes e inequívocos de escassez de mão de obra qualificada e bem menor desemprego. O rendimento do trabalho recupera sua importância relativa, representando algo próximo de 45% da renda nacional.

Enquanto na década de 2000 foram gerados 21 milhões de postos de trabalho, os anos 1990 registraram o saldo de apenas 11 milhões. Ou seja, para cada ocupação aberta na última década do século 20, praticamente duas eram criadas nos anos 2000. Para além da quantidade superior das vagas abertas, registra-se a qualidade muito maior no período recente.

Dos 11 milhões de ocupações criadas na década de 1990, quase 55% delas foram sem remuneração, enquanto nos anos 2000 houve a supressão de 1,1 milhão de vagas para quem não tinha remuneração. Em seu lugar, surgiram empregos remunerados, sendo a maior parte com carteira assinada, ao contrário do verificado nos anos 1990.

Por força da centralidade alcançada pelo trabalho no período recente de pós-neoliberalismo, altera-se radicalmente a estrutura

da sociedade brasileira. Identificados por alguns como “nova classe média”, “avanço da classe C”, “emergência da gente diferenciada” ou “de batalhadores sociais”, o evento da mobilidade social atualmente constatado emerge fundamentalmente assentado no dinamismo do mercado de trabalho.

Tanto assim que a estratificação social observada para além do rendimento, por meio da composição de diversas variáveis como a propriedade, a qualidade da habitação, os anos de escolaridade, o padrão de consumo e o tipo de ocupação resulta significativamente modificada em relação à da década de 1990.

Pelo conceito de pobreza multidimensional, por exemplo, mais de 7% dos brasileiros encaixavam-se nessa condição em 2009, enquanto em 2005 eram mais de 37%. Essa sensível redução permitida pela mobilidade na base da pirâmide social tornou-se viável em razão de vários fatores, sobretudo a complementação de renda associada ao dinamismo do mercado de trabalho. Ou seja, o esvaziamento da pobreza multidimensional implicou a expansão do segmento dos trabalhadores de baixo salário (“working poor”), que passaram de 27%, em 1995, para 46,3% em 2009.

A classe média tradicional praticamente não se alterou no mesmo período de tempo, ao contrário daqueles que vivem fundamentalmente com renda da propriedade (lucros, juros, renda da terra e aluguéis). Este segmento social engordou substancialmente, passando de menos de 4% dos brasileiros, em 1995, para mais de 14%, em 2009.

A estratificação social renovada pela recente centralização do trabalho aponta para novas atitudes em torno da coesão e polarização no interior da sociedade brasileira. Em disputa seguem as vias da sociedade da inserção inclusiva e a da individualização do social. Os próximos anos indicarão a via de maior aceitação. **c**

*Publicado originalmente no Valor Econômico*



**No PNE**

**diga *sim* ao Sistema Nacional de Educação**

**É bom para a educação. É bom para o Brasil.**

**Valorização dos profissionais em educação | Plano de carreira | Gestão democrática  
10% do PIB investidos na educação | Qualidade de ensino | Regulação do setor privado**



**contee**

Confederação Nacional dos Trabalhadores  
em Estabelecimentos de Ensino

contee

Confederação Nacional dos Trabalhadores  
em Estabelecimentos de Ensino